

1249 (190) 641

FHC homologa demarcações no Amazonas

Cinco áreas foram demarcadas, mas as lideranças indígenas acusam o Governo de fazer jogo de cena com a iminente aprovação do direito ao contraditório

O Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou a demarcação de cinco áreas indígenas no Amazonas, num total de 261.163,2647 hectares. As áreas demarcadas podem ser revistas, caso o governo federal modifique o decreto 22/91, concedendo o direito ao contraditório de quem se sentir prejudicado com a demarcação.

No total, foram demarcados 261,1 mil hectares de terra em cinco municípios amazonenses

As áreas demarcadas foram Estrela da Paz, do grupo Tikuna, no município de Jutai, com 12.876,4893 hectares; Lago do Beruri, também Tikuna, no município de Beruri, com 4.050,3690 hectares; Ilha de Camaleão, no município de Anamá, com 236,78 hectares; Vui-Uatá-In, em Amaturá, com 121.198.5999 hectares e Betânia, em Santo Antônio do Içá, tam-

bém Tikuna, com 122.769,0265 hectares.

A homologação, assinada por Fernando Henrique Cardoso na segunda-feira, diz que as áreas são caracterizadas como de posse tradicional e permanente dos grupos indígenas. A assinatura dos decretos foi vista por algumas lideranças indígenas, ontem,

apenas como um jogo de cena do governo federal. É que os indígenas entendem que, se houver mesmo a modificação no Decreto 22/91, as demarcações serão inócuas, já que poderão ser revistas. Entre as áreas demarcadas, nenhuma tem conflitos.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou nota denunciando que o governo brasileiro está utilizando também os direitos indígenas como moeda de troca para manter a maioria no Congresso Nacional. A nota diz que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, insiste na mudança do Decreto 22/91 e que chegou a anunciar, para esta semana a revogação do atual e a edição de um novo, onde se prevê a introdução do contraditório e a possibilidade de revisão de

182 áreas já identificadas, delimitadas, demarcadas e homologadas.

Segundo o Cimi, como se não bastasse a tentativa de mudança no Decreto 22/91, "eles querem agora mudar o capítulo dos índios na Constituição". Um projeto do deputado federal Nicias Ribeiro (PMDB/PA) está tramitando na Câmara dos Deputados para vedar toda e qualquer demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira, sob o argumento da segurança nacional. Se o projeto for aprovado, a Área Yanomami, no Norte do Amazonas e Roraima, será uma das mais afetadas. O projeto transfere do Executivo para o Legislativo a competência para demarcação da áreas indígenas.

Um dos exemplos dados por Feeney, é o do Vale do Javari, onde a venda de madeira "a preço de banana" deixou apenas um rastro de destruição. Fatos como este se repetiram na área indígena dos Caiapós, no Pará e também em Rondônia, segundo informou o coordenador. O coordenador do Cimi diz que a entidade alerta para as "propostas sedutoras" feitas por empresários organizados em ONGs visando explorar a madeira das áreas indígenas. "Eles entram, tiram tudo e deixam os índios abandonados, e por isso é preciso ter cuidado com essas propostas", diz Feeney. "Algumas ONGs podem ter boa vontade, mas os índios precisam estar conscientes do risco que correm e esse alerta nós fazemos", completa. Os índios, segundo ele, dependendo do grau de aculturação, produzem farinha para comprar alimentos, roupas e outros objetos. "A oferta de ganhos econômicos com a venda de madeira deve ser muito avaliada porque depois só fica a destruição, e os índios podem encontrar outras alternativas para sobreviver", explica.

Feeney alerta contra as propostas sedutoras das ONGs

O Conselho Indigenista Missionário tem alertado os índios da região Norte para o perigo da entrada de Organizações Não Governamentais (ONGs), nas áreas indígenas para exploração de madeira. "Depois, só resta para os índios pobreza e destruição da natureza, como já aconteceu com índios no Vale do Javari, no Amazonas, Caiapós, no Pará e com outros em Rondônia", afirmou o coordenador do Cimi Norte I, Miguel Feeney, que define o Conselho Indigenista como entidade ligada à Igreja Católica e não como ONG.

Enquanto as Organizações Não Governamentais (ONGs) ampliam seu campo de ação, saindo da área social para investir na comercial, o coordenador faz uma advertência. "O Cimi não é ONG, mas uma entidade da Igreja de apoio aos índios e tem alertado estes para o perigo da destruição do patrimônio, através do comércio, cujas conseqüências são trágicas para os povos indígenas", disse ele.

CIMI ACUSA

Indiciamento de D. Aldo é 'compensação política'

"Compensação política". Assim o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Roraima definiu o indiciamento pela Polícia Federal, do bispo Dom Algo Mongiano, membros da Igreja Católica e o governador do Estado, Nildo Campos, sob a acusação de queima de pontos, destruição de três torres de comunicação, de cercas de fazenda. "A assessoria jurídica do Cimi entende que o nome do bispo foi colocado nesse processo, cujas acusações são muito genéricas, apenas para compensar a inclusão do nome do governador", disse o padre Lírio Girardi, de Roraima, que está em Manaus, participando da XIX Assembléia do Cimi-Norte I, realizada no Centro de Treinamento Maromba.

Há 20 anos trabalhando em Ro-

raima, sempre atraindo contra si a ira de madeireiros e garimpeiros que invadiam as terras indígenas, Dom Aldo já foi alvo de dezenas de ameaças de morte e teve, no início desta década, sua segurança pessoal garantida pelo Ministério da Justiça. Embora indiciado, o bispo não foi ouvido pela PF porque se encontrava viajando na época em que dois padres e 10 índios prestaram depoimentos na Polícia Federal. "O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que analisou o inquérito já em poder da Justiça, disse que as acusações contra o religioso não têm consistência jurídica", explicou o padre Girardi, para destacar que o próprio delegado da PF, Gustavo Gominho, reconhece no processo o trabalho da Igreja em favor dos ín-

dios, dizendo que esta dá aos povos indígenas conhecimento dos seus direitos constitucionais, assim como assistência à saúde e educação. "É o delegado da Polícia Federal, que quer processar o bispo Dom Aldo, quem diz isso", assegura. Provas existem, de acordo com ele, contra o governador do Estado, porque a Polícia Militar do Estado foi autora de diversas ações violentas, mas nada contra a Igreja Católica ou qualquer um dos seus membros.

Ainda é impossível prever o futuro do processo contra o religioso e o governador de Roraima, porque, segundo o padre Lírio Girardi, para quem Nildo Campos seja julgado, a Assembléia Legislativa terá de autorizar, o que é considerado pouco provável.